



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 442ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA PRIMEIRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às quinze horas e trinta minutos, na Pousada Vale dos Ventos, em Rio dos Cedros/SC, realizou-se a quadringentésima quadragésima segunda Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida primeiramente pelo prefeito de Rodeio, Paulo Roberto Weiss, após pelo novo presidente da AMMVI e prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o prefeito de Rodeio agradeceu o empenho e a parceria dos prefeitos durante sua gestão e salientou alguns avanços obtidos e algumas ações concretizadas em dois mil e quinze. Em seguida, o prefeito Weiss fez o ato de posse da nova presidência da AMMVI e, por consequência, dos demais membros eleitos para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal da gestão dois mil e dezesseis e dois mil e dezessete. O prefeito Weiss transferiu o cargo de presidente da AMMVI para o prefeito Tomaselli, eleito em dois mil e quinze, o qual conduzirá a entidade nos próximos doze meses. O novo presidente agradeceu a presença de todos e falou brevemente do desafio de ser presidente da AMMVI, cujo trabalho neste ano será focado na gestão financeira e orçamentária dos municípios em busca de alternativas de enfrentamento à crise econômica e manutenção dos serviços já existentes aos cidadãos. Constatando quórum estatutário, o presidente deu início à assembleia. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Ano eleitoral; 3 – Encerramento das contas 2015; 4 – Prestação de contas 2015; 5 – Plano de Trabalho 2016; 6 - Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Em prosseguimento, o presidente progrediu para o segundo item em pauta, momento em que convidou o assessor jurídico da AMMVI, senhor Luiz Claudio Kades, a abordar as condutas vedadas em ano eleitoral. O senhor Kades informou que encaminhou aos prefeitos um manual de comportamento dos agentes públicos em ano eleitoral, sugerindo que este seja implantado nos municípios por meio de decreto. O documento trata das restrições da lei eleitoral, a fim de evitar que o prefeito seja responsabilizado por algum ato de servidor público do qual ele não tenha conhecimento e não tenha autorizado. O manual traz as situações que já aconteceram em alguns anos e está disponível para download no site da AMMVI, como também já foi enviado por correio eletrônico aos prefeitos. O assessor jurídico alertou sobre a distribuição de bens, valores e direitos às entidades não governamentais. Ele salientou que, o que nos outros mandatos não havia restrição, neste ano eleitoral há restrições desde o dia primeiro de janeiro. Segundo ele, todas as orientações devem ser observadas com muita cautela, pois as multas são de grande valor e atingem inclusive os prefeitos que não vão concorrer à reeleição. Além disso, muitas das ações não são restritas em âmbito municipal, mas também aplicáveis nas esferas estadual e federal. O manual traz ainda as datas mais importantes neste ano eleitoral, relacionadas ao reajuste salarial dos servidores, desincompatibilização, contratação de pessoal, repasse de recursos, concursos públicos e investimento em publicidade. O prefeito Weiss questionou se o ordenador de despesa é somente o secretário municipal ou o diretor também pode ser considerado, ao que o assessor jurídico respondeu que o ordenador de despesa no município é o prefeito e este, por sua vez, pode transferir esta responsabilidade a um secretário, que se constituirá como ordenador de despesa secundário, porém o prefeito vai responder conjuntamente em eventuais problemas. Ele ainda citou que no site do



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

44 Tribunal Superior Eleitoral (TSE) há um link em que se consulta o tempo de afastamento de cada cargo.
45 O senhor Kades ressaltou que houve mudanças nos gastos com publicidade, em que será considerada a
46 média de gastos do primeiro semestre dos últimos três anos comparado com o primeiro semestre do ano
47 eleitoral. Além disso, explicou que os investimentos em programas sociais que já estavam em execução
48 nos anos anteriores podem ser mantidos, desde que não sejam concedidos benefícios não previstos em lei
49 e, quando isso acontecer, que seja exceção e comprovado através de análise da Assistência Social do
50 município, sem qualquer veiculação com o gestor e tratamento diferenciado para as pessoas. O senhor
51 Kades explicou ainda que a Lei Eleitoral proíbe o gestor público de conceder reajuste salarial aos
52 servidores públicos no período de cento e oitenta dias antes do pleito e, concedendo reajuste em período
53 permitido, o valor não pode ser superior ao índice da inflação do ano da eleição. Porém, segundo o
54 assessor jurídico, este tema é polêmico e ainda está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). O
55 secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, alertou os prefeitos que alguns técnicos
56 municipais deverão estar atentos quanto às orientações da Lei Eleitoral, especialmente os procuradores
57 municipais, controladores internos, secretários de Fazenda e gestão de pessoas, pois serão diretamente
58 atingidos. Para tanto, a AMMVI já está organizando capacitações e encontros com estes Colegiados a fim
59 de repassar as condutas a serem tomadas. Avançando a reunião, o secretário executivo falou sobre o alerta
60 que vem sendo dado aos prefeitos desde o ano passado em relação às dificuldades financeiras que os
61 municípios passarão, como também parabenizou os prefeitos e suas respectivas equipes que, ao findar do
62 ano passado, conseguiram manter as contas em dia. Ele informou que novas tratativas com o Tribunal de
63 Contas de Santa Catarina (TCE/SC) serão feitas para buscar a compreensão da Corte catarinense na
64 análise das contas dos municípios para este ano, já que, em função da crise financeira, pode
65 eventualmente prejudicar o fechamento das contas de alguns municípios. Como este é ano eleitoral, a
66 tendência é que o TCE faça o julgamento das contas dos prefeitos do último exercício até o pleito de
67 outubro e, em função disso, os prefeitos devem ficar atentos, pois os prazos de resposta ao Tribunal
68 deverão ser mais enxutos. Além disso, o secretário disse que nos balanços da última gestão, infelizmente
69 poucos municípios fizeram a inscrição dos créditos a receber do Estado e da União, porém salientou que
70 esta deveria ser uma prática adotada. Em continuidade, o secretário executivo apresentou o relatório da
71 despesa e da receita da AMMVI de dois mil e quinze. O total das receitas correntes foi de R\$
72 3.230.629,44 (três milhões, duzentos e trinta mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e quatro
73 centavos), com total de despesas correntes de R\$ 2.265.624,09 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco
74 mil, seiscentos e vinte e quatro reais e nove centavos) e despesas de capital de R\$ 309.375,10 (trezentos e
75 nove mil, trezentos e setenta e cinco reais e dez centavos). Ao final do ano, com tais valores, a AMMVI
76 atingiu um superávit de R\$ 655.630,25 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais e vinte
77 e cinco centavos). O senhor Corrêa citou ainda que no próximo mês será entregue o relatório de
78 atividades e os demais relatórios de balanços, e informou que a Associação, a partir do exercício de dois
79 mil e dezesseis, também prestará contas ao TCE/SC através do Sistema e-Sfinge. Na sequência, o
80 secretário executivo disse que na reunião da Diretoria Executiva da AMMVI, realizada na manhã do dia
81 primeiro de fevereiro, deliberou-se por priorizar alguns assuntos este ano, que são: encerramento de
82 mandato, condutas em ano eleitoral, controle interno, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na área
83 da transparência, TAC na área do saneamento básico, diagnóstico socioambiental, saúde pública, gestão
84 municipal e resíduos sólidos. Para tais prioridades, serão envolvidos os Colegiados das áreas de interesse
85 e equipe técnica da AMMVI, como também os prefeitos. Além disso, será elaborado o Plano de Ação
86 para cada objetivo e meta, de forma que os temas possam ser solucionados até dezembro do corrente ano.

2



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

87 O senhor Corrêa citou que a gestão municipal será um importante tópico a ser trabalhado este ano em
88 função da crise econômica, queda da arrecadação municipal, aumento das responsabilidades dos
89 municípios e crescimento dos investimentos principalmente nas áreas da Educação e Saúde. Ele citou
90 ainda que a próxima reunião da Diretoria Executiva está agendada para dia dezoito de fevereiro, em
91 Indaial. Em seguida, o secretário executivo repassou aos prefeitos as agendas que deverão ser formadas
92 nos próximos meses, sendo: em fevereiro, governador Raimundo Colombo e secretários de Estado de
93 Saúde, Casa Civil, Fazenda, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Defesa Civil e Segurança Pública,
94 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e TCE/SC. Já em março, serão buscadas
95 agendas com o Fórum Parlamentar Catarinense, Ministérios da Integração Nacional, Cidades e Saúde,
96 como também Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A e Conselho Nacional de Secretários
97 Municipais de Saúde (Conasems). E, por fim, em abril, agendas com deputados estaduais, secretário de
98 Estado da Educação, Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Centro de Informática e Automação
99 do Estado de Santa Catarina (Ciasc) e entidades de classe. Na próxima assembleia serão trazidas mais
100 novidades sobre as agendas. O prefeito de Apiúna, senhor Nicanor Morro, solicitou que seja feito um
101 documento ao secretário de Estado da Educação, senhor Eduardo Deschamps, questionando sobre o
102 atraso nas últimas parcelas do transporte escolar da rede estadual de ensino. O prefeito sugeriu ainda que
103 seja enviado ofício ao governador para que assuma com os compromissos do Estado para com os
104 Municípios e efetue o repasse correto dos recursos de custeio dos programas sob sua responsabilidade. O
105 prefeito propôs ainda um ofício ao superintendente do Dnit solicitando prioridade à construção dos
106 elevados em Blumenau (incluindo acesso à Pomerode), Gaspar e Indaial, pois se prevê que a duplicação
107 da BR-470 ainda demore muitos anos. Ele disse ainda que, para tal reivindicação, pode ser pedido o apoio
108 das demais Associações de Municípios. Este pedido já foi encaminhando ao Dnit em reuniões anteriores
109 entre os prefeitos e o superintendente do órgão, como também deve ser novamente pauta na próxima
110 reunião que a AMMVI tiver com o Departamento. Prosseguindo para assuntos gerais, o presidente passou
111 a palavra para a assessora de Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI, Simone Gomes, que falou sobre
112 o TAC na área de saneamento básico, sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio e diagnóstico
113 socioambiental. Ela informou aos prefeitos que em dezembro de dois mil e quinze foi encaminhado ofício
114 à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) solicitando informações sobre o andamento dos projetos de
115 esgotamento sanitário nos municípios de Apiúna, Benedito Novo, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Rio dos
116 Cedros e Rodeio. Além disso, no mesmo documento, solicitaram-se informações referente o projeto do
117 município de Timbó, que foi rejeitado pela Funasa e que até o momento a Prefeitura não recebeu a
118 devolutiva da Fundação, em que contempla os motivos da rejeição que estão explicados no Parecer
119 Técnico nº 287/2014, de dois de setembro de dois mil e catorze. A Funasa respondeu este ofício em
120 janeiro deste ano, cuja resposta foi encaminhada aos catorze municípios através do Ofício Circular nº
121 13/2016. Segundo a instituição, a contratação da elaboração dos projetos será realizada no início do
122 exercício deste ano e o Parecer que justifica a não aceitação do projeto de Timbó está disponível na
123 Superintendência da Funasa. Em seguida, a assessora informou que foi finalizado o projeto piloto sobre o
124 sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio realizado em Benedito Novo, o qual também atende a uma das
125 cláusulas do TAC. Para conhecimento dos técnicos, foi realizada uma reunião para apresentação do
126 trabalho, o qual já obteve resultados positivos, pois, segundo a Vigilância Sanitária do município, foram
127 instaladas novas fossas sépticas e filtros anaeróbios de primeiro de novembro a catorze de dezembro do
128 ano passado. No projeto piloto é possível identificar as áreas do município em que há maior carência do
129 sistema, pois é um estudo detalhado. Este trabalho será ainda apresentado ao Promotor Regional do Meio



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

130 Ambiente e, após isso, a AMMVI vai verificar como será realizada a replicação nos demais municípios.
131 Em depoimento sobre o projeto, o prefeito de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann, explicou
132 que no município foi feita uma campanha de orientação sobre as pesquisas que seriam feitas nos
133 domicílios antes mesmo da equipe iniciar o trabalho de campo. Segundo ele, o resultado foi excelente e
134 atualmente o cidadão adquire o sistema e a instalação fica por conta da prefeitura. Ele frisou ainda que
135 agora será reforçada a necessidade de limpeza do sistema e que está sendo analisada a possibilidade de
136 fazê-la por meio de mutirão, o que vai diminuir os custos. Em continuidade, a senhorita Simone lembrou
137 os prefeitos que na assembleia de novembro do último ano foi aprovado o início do estudo sobre
138 diagnóstico socioambiental, que visa delimitar a Área Urbana Consolidada (AUC) no município,
139 buscando embasamento técnico e científico para flexibilizar o Código Florestal Brasileiro no que se refere
140 à Área de Preservação Permanente (APP). Um grupo de trabalho vem discutindo a metodologia para a
141 delimitação da AUC no município de Indaial. Nele participam ainda o promotor de justiça regional do
142 Meio Ambiente de Blumenau, Leonardo Todeschini, e a promotora de justiça de Indaial, Patricia
143 Tramontin. Conforme a Resolução nº 303/2012, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama),
144 para delimitação são necessários utilizar os seguintes critérios: a) definição legal pelo poder público; b)
145 existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana: 1. malha viária
146 com canalização de águas pluviais, 2. rede de abastecimento de água, 3. rede de esgoto, 4. distribuição de
147 energia elétrica e iluminação pública, 5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos, 6. tratamento de
148 resíduos sólidos urbanos, e c) densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por quilômetro
149 quadrado. O último critério foi alterado pelos enunciados do Ministério Público para densidade
150 demográfica considerável. Segundo ela, é importante se atentar ao mapeamento dos itens contidos na letra
151 b, os quais são fundamentais para tal delimitação. Com relação a estes itens, o número quatro (rede de
152 distribuição de energia elétrica) foi obtido junto à Celesc e também já solicitado às cooperativas de
153 Benedito Novo e Doutor Pedrinho. Sobre o diagnóstico socioambiental, o presidente informou que foi
154 pauta da reunião de planejamento da Diretoria Executiva, na qual se decidiu que a AMMVI vai encabeçar
155 o trabalho de elaboração do estudo e contratar técnicos para desenvolver um modelo que primeiramente
156 será aplicado em um município-piloto, depois será implantado nos demais municípios da região. O
157 presidente citou ainda que o Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC) será envolvido neste processo.
158 Ainda em assuntos gerais, a vice-prefeita de Gaspar, senhora Mariluce Deschamps Rosa, repassou o
159 pedido da presidente eleita da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e prefeita de São Cristóvão
160 do Sul, Sisi Blind, para que deixe a agenda do dia primeiro de março livre, data em que será realizado o
161 primeiro Encontro de Prefeitas e Vice-prefeitas. Após, o prefeito em exercício de Doutor Pedrinho,
162 senhor José Arildo de Castilho, solicitou assessoria da AMMVI para auxiliar o município na revisão do
163 Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, cujo prazo se
164 esgota nos próximos meses e que a prefeitura não tem corpo técnico capacitado para tal trabalho. O
165 assessor jurídico da AMMVI disse que o Plano de Mobilidade é um dos critérios para se acessar alguns
166 recursos do Ministério das Cidades. Já sobre o Plano de Saneamento Básico, o senhor Kades salientou
167 que geralmente deve ser revisto a cada quatro anos. Porém, ele salientou que o Plano de Saneamento
168 Básico, desenvolvido em alguns municípios pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
169 Sustentável (SDS), não é exequível e de difícil fiscalização, pois não possui metas de investimento, o que
170 deve ser complementado nesta revisão. Em resposta aos questionamentos sobre o transporte escolar, a
171 secretária executiva de Desenvolvimento Regional de Timbó, senhora Lúcia Steinheuser Gorges, disse
172 que, em encontro com o governador na última semana, ele reforçou que na primeira quinzena de fevereiro



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

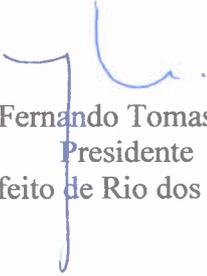
CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

173 as pendências serão resolvidas. Já os convênios do Fundam serão conduzidos conforme a Lei Eleitoral.
174 Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a
175 presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada,
176 será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.


Fernando Tomaselli
Presidente
Prefeito de Rio dos Cedros


José Rafael Corrêa
Secretário Executivo


Michele Prada
Assessora de Relações Públicas

177
178